



## O ESTUDO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA E OS IMPACTOS GERADOS NA SOCIEDADE.

Luana Patrícia de Moura Araújo<sup>1</sup>  
Renata Maia Ribeiro<sup>2</sup>  
Mateus Barros Lorêdo<sup>3</sup>  
Diego de Brito Piau<sup>4</sup>

### RESUMO

A educação é um direito garantido por lei a todos os cidadãos, porém a realidade vivenciada se mostra diferente. Sabe-se da importância em capacitar os jovens e o quanto a nação sofre diretamente com as ações governamentais tomadas sem embasamento educacional, ações estas que afetam diretamente na política, economia e principalmente na qualidade de vida das pessoas. Dentre os vários temas que são abordados na grade da Base Nacional Comum Curricular, faz-se necessária a implementação da educação financeira, não somente em uma abordagem optativa. Em tempos de pandemia os brasileiros estão sofrendo bruscamente os reflexos da falta de conhecimento e da má gestão financeira, motivo pelo qual é importante analisar a cultura do país e propor melhorias na educação em prol do crescimento da nação. O presente trabalho aponta o nível de aprendizado dos brasileiros em relação à educação financeira, a importância dessa abordagem e a diferença de resultados quando se tem uma base de conhecimentos bem fixada.

**Palavras-chave:** Educação Financeira, Direitos Humanos, Base Nacional Comum Curricular.

### INTRODUÇÃO

É cediço que a educação é um direito de todos os cidadãos, previsto por lei, no entanto, em relação à inserção da educação financeira, muito pouco é estudado. Atualmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece que esta matéria seja abordada somente no Ensino Fundamental, integrada à disciplina de matemática. (BNCC, 2018)

A Constituição Federal de 1988, Art. 205, preceitua que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua

<sup>1</sup> Pós-Graduada do Curso de Gestão Financeira da Fundação Getúlio Vargas - FGV, [luanapmouraa@hotmail.com](mailto:luanapmouraa@hotmail.com);

<sup>2</sup> Pós-Graduada do Curso de Direito Constitucional Aplicado da Faculdade de Direito Professor Damásio de Jesus - FDDJ, [re\\_mrubeiro@hotmail.com](mailto:re_mrubeiro@hotmail.com);

<sup>3</sup> Graduando do Curso de Engenharia Eletrônica e de Telecomunicações da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, [mateusblorede@gmail.com](mailto:mateusblorede@gmail.com);

<sup>4</sup> Doutor pelo Curso de Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, [dbpia@ufu.br](mailto:dbpia@ufu.br);



qualificação para o trabalho.”(BRASIL, 1988). Nesse sentido, é fundamental um entendimento sobre finanças para que se possa desenvolver e garantir uma melhor qualidade de vida.

Analisando o atual cenário de pandemia no Brasil, observa-se que a grande maioria das pessoas não possui nenhuma base de conhecimento relacionada a como agir financeiramente em tempos de crise, o que agrava ainda mais a situação econômica do país.

Em razão de todas as medidas adotadas para diminuição do contágio do vírus, dentre elas, isolamento social e fechamento de comércios, a renda da maioria das famílias diminuiu, ocasionando a perda do poder aquisitivo. Claramente, verifica-se o grande percentual de empresas que fecharam as portas e isso poderia ter sido evitado se tivessem um fundo de investimentos ao qual pudessem recorrer em momento de emergência.

A relação pessoa versus dinheiro afeta diretamente a saúde mental dos cidadãos e a situação econômica de todo o país. Nota-se que o endividamento da população apresentou, em maio deste ano de 2020, o equivalente a 66,5%, sendo 3,1 pontos percentuais a mais se comparado ao mesmo mês do ano passado (CAMPOS, 2020).

Essa crescente no endividamento, em maioria, é decorrente da falta de conhecimento das pessoas para gerir ganhos e despesas, conhecimento este que deveria ser ensinado desde a educação infantil. As pessoas não estão preparadas para as armadilhas do mercado, sendo que a cultura brasileira tem sido a de cada vez menos poupar e, em contrapartida, de cada vez mais endividar-se.

Em consonância ao que foi exposto, o Banco Central do Brasil (BCB) alerta sobre a questão do endividamento:

Nas últimas décadas, graças às políticas adotadas e à atuação do BCB, o Brasil conseguiu reduzir a inflação e alcançar maior estabilidade econômica. Esse ambiente econômico estável possibilitou o aumento da oferta de produtos e serviços financeiros, entre eles o crédito, ampliando o poder de consumo de grande parte da população, inclusive daqueles anteriormente excluídos do sistema financeiro. Contudo, para usufruir dos benefícios econômicos que podem ser proporcionados por esses produtos e serviços, é importante que os usuários e clientes do sistema financeiro saibam como utilizá-los adequadamente. (BCB, 2013. p.7)

É notório que possuir base de educação financeira aumenta a capacidade das pessoas em lidar com os desafios de mercado e economia que são impostos à sociedade. Sendo assim, é preciso indagar se por meio uma base educacional que visa ao estudo financeiro é possível melhorar a economia do país e a qualidade de vida dos cidadãos? O objetivo central deste



trabalho, portanto, é verificar como a instrução dos cidadãos, desde a educação infantil, sobre finanças é capaz de melhorar a economia do país e a qualidade de vida de cada indivíduo.

Para esta finalidade, pretende-se apresentar o atual cenário do conhecimento dos cidadãos sobre gestão de finanças; explicar como a educação financeira pode mudar as atitudes comportamentais em prol de melhorias; para, ao final, poder concluir sobre a eficácia do ensino desta disciplina.

O presente trabalho busca, ao final, trazer fundamentos para que as autoridades governamentais competentes possam avaliar a necessidade de implementar esta disciplina na grade da Base Nacional Comum Curricular.

## **METODOLOGIA**

O referido artigo utiliza uma metodologia com base em pesquisa qualitativa, com foco na análise de conteúdos com diferentes abordagens acerca dos temas: Direitos Humanos, Direitos à Educação, Desigualdades e Educação Financeira.

O procedimento de análise será realizado por meio de pesquisas bibliográficas e documentais em meios eletrônicos, de artigos publicados, legislações, livros e reportagens. As diferentes ferramentas e assuntos descritos durante o artigo permitirão ao leitor a contextualização dos fatos acerca da importância da educação financeira como parte do ensino regular.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Por meio das disposições trazidas na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), a todo ser humano são garantidos os mesmos direitos. Vale citar o art.2º da referida declaração:

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948)

No mesmo sentido dispõe o já citado art. 205 da Constituição Federal de 1988. Pode-se concluir, portanto, que, conforme a DUDH e a Constituição Federal de 1988, o direito à



educação é garantido a todos os cidadãos. Porém, a desigualdade no acesso aos meios de educação existe e é matéria constante dos noticiários.

No site Agência IBGE Notícias é retratado que, se comparado à data da promulgação da Constituição Federal de 1988, houve no Brasil uma evolução no campo da educação, pois se tornou obrigatório o acesso à educação básica e, a partir de 2009, tal obrigatoriedade se estendeu o ensino médio (PARADELLA, 2018). Outro marco foi a formulação, em 2014, do Plano Nacional de Educação (PNE).

Em relação ao analfabetismo, este é mais concentrado na população idosa e pode ser intensificado por características regionais. A cor da pele também é outro fator de diferenciação ao acesso à educação, em razão de ser um indicativo de certa vulnerabilidade. (PARADELLA, 2018)

Em tempos de pandemia, a desigualdade ao acesso à educação se tornou mais evidente, em razão também de outros fatores como desigualdade no acesso a recursos tecnológicos e falta de condições estruturais, de tempo e de incentivo para estudar. Percebe-se, assim, que as desigualdades econômicas e sociais são refletidas na forma diferente com que grupos sociais e nações reagem às novas rotinas impostas pela pandemia do Covid-19. (OLIVEIRA, 2020).

Diante da exigência do isolamento social foi necessário que as aulas presenciais se tornassem remotas, porém, enquanto as práticas pedagógicas realizadas por escolas particulares tiveram continuidade, não da forma ideal, mas com recursos auxiliares, o mesmo não se verificou no ensino público que, com algumas exceções, não possui suporte para se adequar à nova modalidade de ensino. (VIRGINIO, 2020).

Nesse cenário de adversidade e incertezas, a educação financeira é um tema importante a ser discutido e trabalhado na sociedade. Segundo o site da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), o conceito sobre Educação Financeira pode ser citado da seguinte forma:

A educação financeira pode ser definida como "o processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro". Educação financeira, portanto, vai além do fornecimento de informações e aconselhamento financeiro, o que deve ser regulado, como geralmente já é o caso, especialmente para a proteção de clientes financeiros (por exemplo, consumidores em relações contratuais). (OCDE, 2005).



A ENEF é uma entidade de impulsionamento que foi criada a partir do Decreto Federal nº 7.397/2010, revogado pelo Decreto Federal nº 10.393, de 9 de junho de 2020, que possui objetivo de promover a educação financeira no âmbito securitário, previdenciário e fiscal do Brasil e, através deste conhecimento e com o auxílio na tomada de decisões, proporcionar a ascensão da cidadania. (ENEF, 2020. p.2)

Para melhor entendimento sobre a importância da introdução da educação financeira como disciplina, a partir do ensino infantil, primeiro é necessário entender a situação econômica do país.

Mesmo com todas as crises, a economia brasileira apresentou uma crescente e a projeção é de que em 2050 o Brasil saia da 10ª posição da economia mundial, medida por meio do Produto Interno Bruto (PIB) de cada país, e alcance a 4ª posição, ficando atrás somente da China, Estados Unidos e Índia. É incontroverso que a pandemia do COVID-19 possa alterar essa projeção, visto que não era algo esperado por nenhuma nação. (ENEF, 2020. p.5).

Com a modernização dos sistemas financeiros e o crescimento econômico, as pessoas passaram a ter mais acesso a créditos e a novos produtos, aumentando também os riscos nas tomadas de decisões que deveriam levar em conta, de forma consciente, o perfil de cada consumidor, conforme concordado por ENEF (2017. p.9) “mesmo entre produtos bastante assemelhados, podem existir diferenças significativas de riscos, rentabilidades, custos, prazos e direitos de fiscalização, participação e informação”.

Para avaliar o conhecimento da população nesta área, a pesquisa realizada pelo S&P Ratings Services Global Financial Literacy Survey (Pesquisa Global de Educação Financeira da Divisão de Ratings e Pesquisas da Standard & Poor's), que avalia o conhecimento da população no setor financeiro de diversos países, constatou que o Brasil está na 74ª posição, indicando baixíssimo conhecimento sobre a temática, inclusive, está atrás de países considerados os mais pobres do mundo, como o Zimbábue. A pesquisa foi realizada com mais de 150 mil adultos e abordou temas como inflação, juros, riscos de negócios e aritmética. (YAZBEK, 2015).

A junção da falta de conhecimento e o aumento do crédito disponível torna-se a combinação perfeita para o consumo inconsciente e o gasto sem planejamento, ocasionando a crescente do endividamento e a diminuição da qualidade de vida. Isso também afeta diretamente a economia do país, pois os cidadãos passam a não arcar com os custos de manutenção de vida como o pagamento de impostos. O governo, então, sofre déficit nas arrecadações, afetando diretamente a dívida pública e o PIB do país.





A ampliação do crédito é um dos fatores que favorece o aumento do endividamento da população, pois em razão da falta do conhecimento financeiro, as escolhas de valores, tempo e descontos não são embasadas em análises de risco e as tornam um ponto certo de inadimplência, agravada a cada escolha mal tomada. (MEDEIROS; SENA, 2020).

Cordeiro, Costa, Silva discorrem sobre a importância da educação financeira:

[...] um processo de aprendizagem ligado às finanças pessoais, onde a sociedade tem a oportunidade de adquirir uma visão crítica sobre o uso do dinheiro. A atual Constituição brasileira vincula a educação ao pleno desenvolvimento da pessoa e a seu preparo para o exercício da cidadania. Desta forma a EF entra com essa participação cidadã, uma vez que esta viabiliza o entendimento da sociedade sobre as finanças pessoais e nacionais. (CORDEIRO; COSTA; SILVA, 2020, p.70).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação financeira atualmente pode ser abordada a partir do Ensino Fundamental, por meio da disciplina de Matemática, pela unidade temática Números. Confira:

Outro aspecto a ser considerado nessa unidade temática é o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos. Assim, podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro. É possível, por exemplo, desenvolver um projeto com a História, visando ao estudo do dinheiro e sua função na sociedade, da relação entre dinheiro e tempo, dos impostos em sociedades diversas, do consumo em diferentes momentos históricos, incluindo estratégias atuais de marketing. Essas questões, além de promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos alunos, podem se constituir em excelentes contextos para as aplicações dos conceitos da Matemática Financeira e também proporcionar contextos para ampliar e aprofundar esses conceitos. (BNCC, 2018. p.269)

Em razão da importância da educação financeira nas escolas é preciso estabelecer metas para que isso seja alcançado. Primeiramente, a introdução de conceitos de mercado e de consumo consciente. Isso porque, o passo mais importante é mudar a cultura brasileira de gastar a parte considerável da renda com despesas supérfluas, transformando-a numa cultura de consumo planejado.



Uma pesquisa com 1.500 jovens de 16 a 25 anos realizada pela Data Folha, em 2008, demonstrou que 26% dos jovens se consideram muito consumistas, sendo que apenas 2% possui medo em relação à falta de dinheiro. Ainda nesta pesquisa, foi revelado que 61% desses jovens gastam a maior parte da sua renda com itens de vestuário. (GARCIA, 2020)

Atualmente, a maioria das ações dos cidadãos são embasadas no espelhamento de atitudes, ou seja, sem nenhuma base educacional. Observa-se que decisões financeiras são tomadas pela simples justificativa de ter sido benéfica a outro indivíduo, sem analisar a realidade particular de cada um. Por meio da educação financeira, porém, as pessoas têm mais autonomia para fazer suas escolhas, conforme sua renda e não ficam expostas aos perigos do mercado.

Um estudo divulgado pela Folha de S.Paulo, realizado pelo Banco Central com 25 mil alunos de 892 escolas da rede pública de ensino, revelou que com a introdução da educação financeira, mesmo que de forma superficial e lenta, mostra resultados. Os alunos do ensino médio que tiveram aulas de educação financeira passaram a usar menos linhas de créditos mais onerosas como a do cheque especial (-9,03%) e a do rotativo de crédito (-6,75%) se comparado aos alunos que não tiveram acesso a tal educação. Outro dado importante é que os alunos instruídos diminuíram o uso de cartões de crédito para comprar itens do cotidiano e aumentaram a adesão a contas correntes, fator que induz a uma melhor gestão financeira dos alunos (GARCIA, 2020).

Considerando o benefício pleno que a educação financeira traz, com o aumento da qualidade de vida do educando, é necessário que uma política pública mais concreta de obrigatoriedade na abordagem dessa matéria seja implantada, não a tratando como uma disciplina optativa, mas como parte integrante da grade curricular das escolas públicas e privadas.

Diante dos contextos expostos, pode-se analisar que a educação é um direito garantido por lei, mas que é marcado pela desigualdade no seu acesso. Na pandemia foi evidenciada essa desigualdade, em razão da ausência de planejamento e da falta de estrutura. Nesse cenário, tornou-se evidente que o planejamento é um fator essencial na vida das pessoas, pois as tornam preparadas para as adversidades que surgem.

É fundamental ensinar aos cidadãos calcular os riscos de oportunidade, avaliar o mercado antes de qualquer atitude e poupar mais, ensinamentos que serão mais fáceis de serem incorporados se aplicados desde os primórdios da educação.



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio da educação financeira as pessoas têm mais autonomia para fazer suas escolhas, conforme sua renda e não ficam expostas às armadilhas do mercado. Porém, para que isso seja alcançado é necessária a criação de uma política pública mais concreta na área da educação, abordando a matéria de educação financeira de forma obrigatória e específica no currículo escolar. É preciso também capacitar os profissionais da área de ensino para que possam auxiliar os alunos, pois a solução do problema pressupõe, principalmente, o conhecimento da matéria pelos professores que serão os exemplos a serem seguidos. Faz-se necessária a inclusão da matéria educação financeira nas escolas desde o ensino infantil para que o cidadão tenha a capacidade necessária para gerir sua vida com qualidade o mais cedo possível.

É através dessa educação que as pessoas passarão a compreender melhor sobre como funciona o mercado, como as taxas de juros influenciam no dia a dia, como controlar o consumo, o funcionamento e a importância de poupar, dentre vários outros fatores que contribuem com a economia do país e, principalmente, com o bem estar dos cidadãos.

A longo prazo, é possível mudar a economia do país investindo na educação financeira, e proporcionar ao cidadão a capacitação necessária para gerir suas finanças e executar ações conscientes.

Assim, este trabalho fica à disposição para que possa ser estudadas e colocadas em ação as ideias propostas.

## **AGRADECIMENTOS**

Aproveito este artigo para agradecer primeiramente a Deus por todas as dádivas da vida, aos coautores que desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento deste trabalho e a oportunidade de ter acesso à educação de uma forma geral, desde a educação básica. Sabe-se o quanto a educação é transformadora na vida das pessoas e na sociedade, e que tenhamos isso sempre em mente para a nossa evolução.





## REFERÊNCIAS

**BANCO DO BRASIL. Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais.**

(Conteúdo Básico). Brasília: BCB, 2013. 72 p. Disponível em:

<[https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/Cuidando\\_do\\_s\\_eu\\_dinheiro\\_Gestao\\_de\\_Financas\\_Pessoais/caderno\\_cidadania\\_financeira.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_s_eu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf)> . Acesso em 23 Set. 2020.

**BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Educação é a Base. Brasília, 2018.**

Disponível em: <

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf) >. Acesso em: 20 set. 2020.

**BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) >. Acesso em: 23 set. de 2020.

**BRASIL. Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. Vida e dinheiro.** 124p.

Disponível em:<[https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-](https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf)

[Diretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf](https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf)>. Acesso em 25 Set. 2020.

CAMPOS, Ana Cristina. CNC: endividamento das famílias alcança 66,5% em maio.

**EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO (EBC): Agência Brasil, 2020.** Disponível em:

< <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/cnc-endividamento-das-familias-alcanca-665-em-maio>>. Acesso em: 20 set. 2020.

CORDEIRO, Nilton José Neves; COSTA, Manoel Guto Vasconcelos; SILVA, Márcio Nascimento. EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL: uma perspectiva panorâmica.

**Ensino da Matemática em Debate.** São Paulo. 2018. p.70. Disponível em: <

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwif1KGp9ZHsAhXSI7kGHXChAeEQFjAAegQIBRAB&url=http%3A%2F%2Frevistas.pucsp.br%2Femd%2Farticle%2Fdownload%2F36841%2F25699&usg=AOvVaw28gMjIAXId7xQh3LzjJFLJ>>. Acesso em: 25 set. 2020.

GARCIA, Larissa. Educação Financeira reduz uso de linhas mais caras de crédito, diz BC.

**Folha de São Paulo.** Brasília, 2020. Disponível em: <

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/educacao-financeira-reduz-uso-de-linhas-mais-caras-de-credito-diz-bc.shtml>>. Acesso em: 24 Set. 2020.

MEDEIROS, Israel.; SENA, Jailson Ribeiro. Pesquisa da CNC aponta que endividamento das famílias bate recorde em 2020. **Correio Brasiliense**, 2020. Disponível em: <

[https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/economia/2020/04/15/internas\\_economia,844706/pesquisa-da-cnc-aponta-que-endividamento-das-familias-bate-recorde-em.shtml](https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/economia/2020/04/15/internas_economia,844706/pesquisa-da-cnc-aponta-que-endividamento-das-familias-bate-recorde-em.shtml)>. Acesso em: 24 Set. 2020.

**OCDE. Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e**

**Conscientização Financeira**, 2005. Disponível em: < [https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf) > . Acesso em: 20 set. de 2020.



OLIVEIRA, Carolina. Com aulas remotas, pandemia escancara desigualdade no acesso à educação de qualidade. **Brasil de Fato**, 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/04/com-aulas-remotas-pandemia-escancara-desigualdade-no-acesso-a-educacao-de-qualidade>>. Acesso em: 24 Set. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. **Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948**. Disponível em: <<http://www.ouvidoria.defensoriapublica.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacao/declaracao.pdf>>. Acesso em: 23 Set. 2020.

PARADELLA, Rodrigo. Acesso à Educação ainda é desigual. **Agencia IBGE Notícias**, 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/22842-acesso-a-educacao-ainda-e-desigual>>. Acesso em: 24 Set. 2020.

VIRGINIO, Alexandre Silva. Educação, Desigualdade e COVID-19. **UFRGS - Campus do Vale**, 2020. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/educacao-desigualdade-e-covid-19>>. Acesso em: 23 set. de 2020.

YAZBEK, P. **Brasil é o 74º em Ranking Global de Educação Financeira**. Exame, São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://exame.com/seu-dinheiro/brasil-e-o-74o-em-ranking-global-de-educacao-financeira/>>. Acesso em: 20 set. de 2020.